

Para o Ibre, "pacote" é insuficiente

Economia - Brasil

Da sucursal do
RIO

A "Carta do Ibre", do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, qualifica de insuficientes as medidas incluídas no último "pacote" econômico do governo, advertindo que a supressão gradativa dos subsídios às exportações e à agricultura pode abrir espaço orçamentário "para perpetuar vantagens indevidas a outros segmentos favorecidos".

"Fundamentalmente a teoria econômica não mudou para o caso brasileiro", assinala a "Carta do Ibre", adiantando que "a prescrição continua sendo austeridade monetária e fiscal, acompanhada de realismo cambial, bem como de uma política equânime de repartição do ônus do ajustamento".

Elaborada a partir de opiniões manifestadas pelos integrantes do Ibre, entre os quais os ex-ministros Octavio Gouvêa de Bulhões e Mario Henrique Simonsen, além do diretor do Instituto, economista Julian Magalhães Chacel, a "Carta" — que circula com a edição de junho da revista **Conjuntura Econômica** — aponta a falta de articulação das

ESTADO
DE SÃO PAULO

medidas do "pacote" com as metas da inflação, balanço de pagamentos, déficit público e crescimento econômico.

MAIS AUSTERIDADE

Segundo a "Carta do Ibre", a falta do anúncio simultâneo de mecanismos concretos para impor-se maior austeridade nos gastos públicos "pode ter significado, para alguns, a atribuição da sobrecarga do ajustamento, mais uma vez, ao setor privado da economia". Para o Ibre "a limitação de empréstimos ao setor público e o estabelecimento de taxas mínimas nessas operações não passam de orientações tímidas para o muito que ainda resta para ser feito nessa área".

Na linha de raciocínio do Ibre, competia ao governo promover uma desindexação da economia, assim compreendida a necessidade de que "as rendas salariais e financeiras não podem, em média, acompanhar estreitamente a variação inflacionária, pois aí ninguém estaria efetivamente absorvendo o inevitável ajustamento de rendas. Seria, então, como se houvesse encargos sem encarregados".

Depois de enfatizar que a prescrição para o combate à inflação no

Brasil continua sendo a austeridade monetária e fiscal, acompanhada de realismo cambial, a "Carta do Ibre" destaca que "a política monetária não teve, ainda, seus novos contornos claramente delineados daqui para frente", com exceção do aumento do depósito compulsório dos bancos e da retirada gradual de alguns subsídios. E, na área fiscal — lembra o documento —, "faltou a definição do principal, que são as medidas concretas de controle dos gastos públicos, mormente nas empresas estatais".

Os formuladores da "Carta do Ibre" também se mostram preocupados com o futuro da política cambial, diante da possível desvinculação das correções monetária e cambial da inflação, derrogando a Resolução 802, que estabeleceu a vinculação dessas correções à taxa inflacionária. "Como a dívida pública interna é corrigida majoritariamente pela cláusula cambial, exigir-se-ia uma prévia transposição desse obstáculo para desobstruir o trabalho do controle monetário, viabilizando uma queda realmente significativa nas taxas de juros, o que até aqui se afigura improvável", diz a "Carta do Ibre".